

A experiência feminista de brasileiras no exílio

Lucila Scavone¹

Resumo

Tem-se como objetivo fazer uma reflexão sobre a experiência da militância feminista das exiladas políticas brasileiras que se refugiaram na França, durante a ditadura militar no país (1964-1985), e seus efeitos sócio-políticos. Pressupõe-se - com base em depoimentos; literatura sobre o assunto; memória pessoal e documentos originais feministas do período do exílio - que a experiência das exiladas brasileiras com e no movimento feminista francês possibilitou-lhes uma ampliação e aprofundamento do significado do que é o Político, o qual não pôde mais ser considerado somente em seus aspectos públicos, mas, também, na dimensão das 'questões do privado'. A criação de dois importantes grupos feministas brasileiros no exílio confirma nosso pressuposto: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, 1976 e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, 1972, que publicava o Jornal Nosotras. Ao se organizarem em seu interior, nos moldes do Movimento Feminista Francês com 'grupos de consciência' dentro do grupo mais amplo, e, além disto, participarem das grandes manifestações públicas, clamando pelos direitos específicos das mulheres evidenciavam o caráter político das relações familiares, que deu lugar ao conhecido adágio feminista dos anos 70 'o privado é também político'. Portanto, a experiência feminista das brasileiras no exílio trouxe novos olhares e suscitou trocas profícuas com o movimento local.

¹ Professora Livre Docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP, Campus Araraquara).
Pesquisadora I do CNPq. E-mail: lucsca@uol.com.br

A experiência feminista de brasileiras no exílio

O objetivo deste texto é fazer uma reflexão sobre a experiência da militância feminista das exiladas políticas brasileiras que se refugiaram na França, durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) e os impactos desse acontecimento em suas vidas bem como seus efeitos sócio-políticos. Cabe lembrar que a França foi um dos países que mais acolheu exilado/as brasileiro/as nesse período, muito/as vindos via Chile, em um segundo exílio, após o golpe militar neste país; além daqueles/as vindo/as diretamente do Brasil. E foi, também, um dos países mais escolhidos por refugiados/as políticos em busca de asilo político.

Também destaca-se, no período do “ame-o, ou deixei-o” (um dos slogans do período dos anos de chumbo da ditadura), o movimento de deixar o país de forma não compulsória. Refiro-me aquelas/es jovens brasileiras/os, que saíram do país em uma espécie de autoexílio, à procura dos/as amigos/as, companheiros/as que partiram, ou, simplesmente, em busca de um país como a França, cuja riqueza histórica, cultural e política exerceu, intelectual e simbolicamente, atração a muitas gerações de estudantes e intelectuais brasileiras/os.

Encontrava-me entre essas jovens, muitas das quais viveram a experiência da militância feminista em Paris, tanto ao lado das brasileiras, ou das latino-americanas e, particularmente, ao acompanhar de dentro, ou de perto, as lutas feministas das francesas. Pressuponho - com base em depoimentos; memória e vivência pessoal; literatura sobre o assunto; documentos originais feministas do período do exílio - que a experiência das exiladas e das demais brasileiras com e no movimento feminista francês possibilitou-lhes uma ampliação e aprofundamento do significado da Política, a qual não pôde mais, a partir de então, excluir as questões da esfera do privado. Isto implicou, ao longo da História Política contemporânea, em aprofundar e intensificar a própria noção de Democracia.

Evidentemente que essa experiência feminista teve expressões diversas nas histórias de vida de cada mulher e na História Política e Social de cada país. Mas, é possível afirmar que ela contribuiu, política, social e/ou individualmente, para fortalecer o questionamento mais profundo das relações entre os sexos. Portanto, faz-se necessário investigar esse acontecimento, coletiva e individualmente, ao considerar que naquele momento ocorria na maioria dos países do norte, a experiência de uma luta identitária comum que agregava as mulheres e lhes abria novas perspectivas de ser no mundo. Desta forma, cabe-nos analisar as principais características do Movimento Feminista daquela época, especialmente sua particularidade francesa, na qual se encontravam a maioria das exiladas e estudantes brasileiras.

O contexto do Feminismo Francês dos anos 70

No clima das demandas sociais pós-68 na França, o Feminismo emergiu, em sua nova fase, como um movimento social/político que abalou a estrutura tradicional da vida social, ao incluir e problematizar as questões do espaço privado nas lutas políticas². Em diálogo aberto com as Feministas norte-americanas,

² O Feminismo tem sido delimitado por suas etapas históricas: a universalista ou das lutas igualitárias pela aquisição de direitos civis e políticos; a das lutas de afirmação das diferenças pelos direitos específicos; e uma terceira fase denominada de pós-moderna. (SCAVONE, 2004; COLLIN, 1995). Estas fases (há quem lhes denomine de *ondas*) não devem ser compreendidas de modo linear, fixo, nem

em 1970, as Feministas francesas lançaram um N. Especial da *RevuePartisans*, “Libérationdesfemmes /Année Zero”(RP,1970,247p.), onde expunham as principais linhas de suas ideias, tendências e lutas do Feminismo internacional.O texto de Apresentação das feministas francesas nesta Revista, “*Le Mouvement de LibérationdesFemmesen France*” (MLF), ressalta como maio de 1968 possibilitou “o encontro de homens e mulheres em *meetings*sobre a questão da libertação das mulheres” (...). Entretanto, a busca de sensibilização dos homens para a causa feminista logo foi superada, pois anecessidade de um movimento só de mulheres se fez premente e fortaleceu, em seguida, a ideia de “*non-mixité*no MLF [...] “já que nos conscientizamos, que, como todos os grupos oprimidos, éramos nós que deveríamos conduzir nossa própria libertação”(RP, 1970, p.5)³.

Esta publicação evidenciava, na teoria e na prática, a força do conteúdo e da expansão deste movimento,nos E.U. e França⁴ ao colocar em pauta as principais questõespolíticas-teóricas inaugurais desta fase feminista, entre as quais, destacavam-se: “opressão das mulheres”; “trabalho invisível das mulheres”; “mito da frigidez feminina”;“orgasmo feminino”; “política sobre o aborto”; “trabalho invisível das mulheres”; “maternidade”;“estrupe/violências”; “luta de classes ou luta de sexos”.

Esta publicação foi uma espécie de manifesto do ideário feminista de então, lapidado no princípio “o pessoal é também político” (HANISH:1970, p.61-64), cujo questionamento radical das relações entre os sexos causava estranheza para muitos militantes de esquerda, ao constatarem a atração de suas companheiras de luta a estes apelos *denon-mixité*, que implicava em uma luta autônoma das mulheres. As reivindicações do Feminismo tinham, então, como pano de fundo “um questionamento mais profundo das relações entre homens e mulheres, não só no espaço público, mas também, no espaço privado. Coincide com esse período a luta pelo amplo acesso à contracepção, apoiada na livre escolha da maternidade e na separação efetiva da sexualidade com a reprodução” (Scavone: 1996, p.47).

O Movimento Feminista(MF)desse período foi construído sem organização centralizada, como faziam os, então nascentes,movimentos sociais. Tal qual o movimento negro norte-americano - que se espalhava e crescia rapidamente,em todo o país,a partir de pequenos grupos de consciência, que permitiam a cada participante relatar sua experiência pessoal e ampliá-la, criando então uma ampla rede de informações sobre sua situação social. O Feminismo, também, se movimentava com esseperfil livre e não institucionalizado.

Formavam-se grupos de reflexão que discutiam questões das relações entre os sexos, ao sabor do acaso, ou de uma escolha que orientava o grupo⁵. Suadinâmicode baseapoiava-se na narrativa decada mulhernos pequenos grupos–troca de relatos sobre suas vidas na esfera do privadoe suas repercussões públicas - que evidenciava os inúmeros pontos de conhecimento e reconhecimento de uma situação social em

progressivo, mas como momentos que se transmudam de acordo com a História Política e Social de cada sociedade.

³ Tradução Livreautora texto.

⁴ O MLF já se propagava em outros países europeus, tais quais, Inglaterra, Holanda, Suécia, Dinamarca, Itália, (RP, 1970).

⁵ Em Paris esses grupos, geralmente, se formavam nos bairros, que facilitava o acesso das integrantes.

comum. Tal situação esboçava o desenho real e simbólico de uma coletividade que se auto-reconhecia na experiência da produção/reprodução do espaço privado.⁶

Ao mesmo tempo essas trocas eram fortalecidas em Encontros dos Grupos mais amplos. Em Paris, havia os Grupos dos Bairros e a Coordenação dos Grupos do Bairro. Havia, também, os grandes Encontros abertos a todas/os interessada/os, avulsos ou não, que quisessem discutir a questão das mulheres. Ademais, a participação de todos os grupos feministas, ou de feministas avulsas, nas grandes manifestações públicas, como as do primeiro de maio, davam ampla visibilidade à “causa das mulheres”. Evidentemente, que as manifestações específicas feministas, como a luta pela legalização do aborto, ou por outras reivindicações específicas, eram frequentemente ocasiões para as mulheres descerem às ruas e clamarem pelos seus direitos específicos.

O “*Mouvement de Libération des Femmes*” (MLF) tinha, pelo seu próprio formato aberto, a característica de unir as mulheres de diferentes tendências políticas, majoritariamente, de esquerda, em torno de uma causa comum, *la lutte des femmes*, que à época poderiam ser resumidas em teorias e práticas que buscavam pôr fim, *grosso modo*, ao **patriarcado**, ou a **opressão das mulheres**, duas correntes que se associavam à luta contra o capitalismo. Esta associação subentendia que o capitalismo e o patriarcado estavam associados na causa da opressão das mulheres e que seria necessário incluir, ao lado da luta anticapitalista, a luta contra o patriarcado.

A grande causa comum das mulheres poderia sugerir, em uma primeira abordagem, que todas elas estivessem unidas pela romântica ideia de *sororité*. Entretanto, o Feminismo francês, ao lutar, naquele momento, por uma causa comum e agregar um incontável e diversificado número de mulheres, não escondia, por outro lado, as tensões inerentes às diferentes definições de qual deveria ser sua **luta principal**, o que se traduzia, evidentemente, em discordâncias teórico-políticas entre os grupos que lhe compunham. Naquele período um intenso debate sobre a **luta de classes versus luta de sexos** evidenciava, de um lado, que parte das feministas francesas identificava com o marco teórico marxista (simpatizantes ou engajadas em diferentes partidos políticos) ou, que estavam comprometidas em lutas estudantis, sindicais. Ou, ainda, que podiam defender a ideia de autonomia do Feminismo, sem outros vínculos políticos, além do MLF,

De um lado, havia um debate teórico-político, por parte não desprezível do movimento, que buscava definir seus caminhos e considerava que só a luta contra o patriarcado/capitalismo, levaria a uma sociedade igualitária em todos os níveis. Por outro lado, outras feministas consideravam que isso só seria possível com a luta de sexos. Ou ainda, as que julgavam que as duas instâncias deveriam ser atacadas ao mesmo tempo.

No cerne do movimento feminista francês havia uma importante disputa pela sua liderança teórica-política, expressa, em alguns momentos, na questão da apropriação da sigla MLF mas, certamente, bem mais complexa do que isto, pois as diferenças entre as correntes eram mais sutis, que a bi-dimensionalidade referida. Disputas nem sempre eram visíveis ao olhar externo, por outro lado, elas evidenciavam, principalmente, o crescimento do movimento e, sobretudo, sua diversidade⁷. A, força da corrente Psicanálise e Política na França [conhecida

⁶Sobre a questão da experiência e narração ver reflexão de Walter Benjamin (1986).

⁷ A crítica feminista, francesa e americana, se aprofundou e ampliou ao longo dos anos [direitos; diferencialista; pós moderna,]. A discussão das correntes teóricas teve inúmeros desdobramentos ao

como *Psychépo*] buscava uma nova interpretação para a sexualidade feminina, concebia uma espécie de essência feminina que teria sido reprimida pelo patriarcado⁸

Podemos citar, conforme PICQ (1993, p.35) questões recorrentes do movimento nesse período: “O aborto, o estupro, a sexualidade, o trabalho doméstico, as relações pessoais e políticas entre os sexos...foram os grandes temas da luta das mulheres [de então]; os esquemas de análises e os argumentos colocados em evidência”⁹. Por exemplo, diferentes grupos de mulheres foram às ruas, unânimes – seja em passeatas específicas, seja em passeatas gerais - reivindicar o direito pela legalização do aborto na França dos anos 1970. Em 1971, foi publicado o **Manifesto das 343**, como ficou conhecido o documento de intelectuais e artistas francesas que declararam na revista francesa *Nouvel Observateur* ter realizado um aborto, ao mesmo tempo em que denunciavam os riscos à saúde das milhares de mulheres que abortavam, então, clandestinamente. Entre as signatárias estavam intelectuais como Simone de Beauvoir, Catherine Deneuve, Françoise Sagan, Agnès Varda, Marguerite Duras. Em 1973 a mesma Revista *Nouvel Observateur* publica “um texto mais escandaloso” o Manifesto dos **331 médicos**, que se inspirou no anterior: “Os médicos se acusam”, 331 declaram praticar aborto (ou ajudar que eles sejam realizados fora de qualquer negociação financeira). E o debate se ampliou cada vez mais rapidamente na sociedade (PICQ (1993:153-14)¹⁰.

A aprovação da Lei de Legalização do Aborto na França ocorreu em 1975 e o Feminismo francês continuou acompanhando a manutenção dessa conquista, em relação ao atendimento psicológico, médico, entre outros. As feministas denunciavam nos anos seguintes, a *agrignotage* destes direitos, o que significava perda, em pequenas e constantes doses do que já tinha sido alcançado, como por exemplo, o caso da assistência preliminar psicológica do aborto, cujo aconselhamento induzia, conforme análises, algumas mulheres a desistirem do procedimento.

Foi em 1972, após o Manifesto das 343 que começou a surgir a ideia entre as feministas francesas de organizarem um Encontro “*na Mutualité, auditório tradicional de todos os grupos revolucionários em Paris*” que foi nomeado como “**As Jornadas da denúncia dos crimes contra as mulheres**”. Segundo PICQ (1993: 135-146), que faz uma análise detalhada destas Jornadas, as quais ocorreram em 14-15 maio de 1972, participaram “milhares de mulheres (e homens)” e dali saíram muitos projetos feministas, como Casa das Mulheres, que se realizaram e cresceram no decorrer dos anos 1970.

Nesse ambiente sócio-histórico-político que as brasileiras e latino-americanas residindo, então, na França vivenciaram a experiência do Feminismo. No período acima relatado foram criados dois grupos feministas brasileiros que se destacaram no Movimento Feminista francês: o **Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**,

longo da história da crítica feminista, que não cabe aqui discuti-las. Portanto, referimo-nos, grosso modo, às lutas igualitárias dos anos 70 e seus desdobramentos nesse contexto.

⁸ Esta corrente estava à frente da *Librerie des Femmes*, sob a liderança de Antoinette Fouque e disputavam abertamente a liderança da sigla MLF na França.

⁹ Lamentavelmente muitos destes temas ainda são pautas importantes dos Movimentos Feministas atuais, como a interdição do aborto no Brasil e na maioria dos países latino-americanos. Fato que evidencia a permanência histórica desse problema.

¹⁰ Cabe lembrar que em 1973 foi criado, na França, o MLAC (Mouvement de Libération Avortement e Contraception, cujos médicos, médicas, enfermeiras realizavam abortos pela causa.

composto por brasileiras e latino-americanas(1972-1976),que publicou o **JornalNosotras**(1974-76) e o **Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris** (1975-1979).

Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris/Jornal Nosotras

Este Grupo foi constituído por brasileiras e latino-americanas no exílio sob a liderança de Danda Prado¹¹. Em artigo“Feminismo no Exílio- Feminismo na Ditadura”¹² relata como este grupo nasceu ao lado das brasileiras Clélia Piza, Lúcia Tosi, Marisa Figueiredo e da venezuelana Giovana Mérola. Refere-se que desde de seu início, o grupo previa a publicação de um jornal.Assim, o primeiro número doJornalNosotras,teve seu primeiro número publicado em 1974 e o último em 1976, publicou ao todo 25 números.Elefoi criado com o objetivo de divulgar as ideias feministas em âmbito internacional, em busca de um diálogo entre as mulheres. Apauta deste jornal estava voltada para as questões feministas de então e publicava matérias sobre a situação das mulheres em diversos países;seus textos eram traduzidos do francês ao espanhol e ao português.(Prado, 2009: 182-189).

A autora sugere, em seu relato,que a posição política do Grupo Latino-Americanoestava mais próxima **da luta contra o patriarcado**, ao declarar seu entusiasmo às ideias desenvolvidas pelo texto da teórica francesa Christine Dupont/Delphy que se tornou clássico nos estudos feministas¹³, *L'ennemi principal*, publicado em 1970, na *RevuePartisans*, acima citada, (RP, DELPHY, 1970: 157-172). Neste artigo, Delphyconsidera que o patriarcado era o inimigo principal, portanto, a luta feminista deveria voltar-se contra este sistema que dava sustentação aocapitalismo. Fazia menção ao “trabalho invisível das mulheres” no espaço da família, não remunerado, não contabilizado, enfim, não considerado como trabalho. Mantinha, também, relações com lideranças intelectuais do movimento feminista francês, como AndrééMichel¹⁴, Simone de Beauvoir

Para além desta afinidade teórica, que na verdade não tinha um caráter de alinhamento partidário, mas,sobretudo, de uma posição queo colocava, mais ao lado das lutas das mulheres do que das lutas que se identificavamcom a crítica ao capitalismo,e por isto, o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris (GLAMP)

¹¹Filha do historiador comunista brasileiro Caio Prado Júnior, exilado político em 1937-38 durante o Estado Novo. Elaviveu este primeiro exílio, ainda criança com sua família e o segundo em 1970-1980, adulta, durante a Ditadura Militar. Danda militou com intensidade no Feminismo tanto no Brasil, como na França.

¹² In Cadernos de Crítica Feminista, Ano III, N,2, dez.2009, 182-189.

¹³Christine Delphyassinou como Dupont, pois como professora da EHSS, evitou o reconhecimento público.

¹⁴ Professora, socióloga do CNRS, feminista e especialista em Sociologia da Família. Orientou a tese de Danda “Le Lien Conjugal: mythes et réalités”. Publicada no Brasil “Ser esposa a mais antiga profissão”, Editora Brasilense, São Paulo, 1ª. Edição,(1979).

estaria mais próximo daquilo que, na época era considerado feminismo radical. De fato, as teorias de Delphy/Dupont (1970: 157-172)

Este Grupo participou das “Jornadas da denúncia dos crimes contra as mulheres”, acima relatadas. De acordo o artigo de Prado (2009: 186-7) foram organizados, nesse evento, grupos sobre os seguintes temas: “*aborto; estupro; violências conjugais; trabalho doméstico: não simples discursos teóricos, mas sim com testemunhos de carne e osso. Isso tudo era novidade. Mulheres anônimas falariam publicamente de suas experiências. Mas, eram variados os cenários. Por exemplo, “o grupo trabalho doméstico preferiu o sketch ao discurso”* (Prado, 2009: 186-7).

O GLAMP passou a se reunir em uma sala do subsolo de um café parisiense - locais tradicionalmente utilizados por grupos feministas franceses, ou outros grupos políticos para reuniões, palestras - e se expandiu rapidamente. Segundo a autora, “*nem todos os exilados brasileiros viam como positiva a adesão das mulheres a essas reuniões*” especialmente, os que participavam da “*Frente brasileira que ajudava os exilados nos seus diversos problemas (...)*” consideravam que “*os assuntos debatidos geravam problemas na vida dos casais*” e lhe informaram sobre isto, ao levantar-lhe a suspeita que este movimento não estava contribuindo contra a ditadura. (Prado, 2009:189).

A primeira publicação do *Nosotras* saiu em 1974, apesar do risco de divulgá-lo em “países não democratas”, como o Brasil de então, eles eram enviados ao país para pessoas de sua confiança, que os reenviavam “individualmente aos nomes e endereços” indicados pelo grupo, ao mesmo tempo em que a lista de endereços aumentava, pela técnica da “bola de neve”. (Prado, 2009: 189). Divulgado, no Brasil (a partir do Rio de Janeiro de onde era enviado para mulheres de outros estados do país), em Portugal, Argentina, Peru, México, a rede se espalhou rapidamente entre as latino-americanas, argelinas, e estrangeiras que viviam em Paris.

O último número do *Nosotras* foi publicado em 1976, deixando um importante acervo de 25 números, para o estudo sócio histórico feminista das questões sociais e políticas das exiladas latino-americanas, entre as quais, as brasileiras, no período da Ditadura. Este grupo conseguiu fazer da experiência da militância feminista no exílio francês, por meio da publicação do *Nosotras* um meio de tecer a primeira rede de temas e problemas feministas latino-americanos e de incluir as brasileiras nesta rede, ao discutir questões específicas a todas as mulheres deste continente, como violência, aborto, trabalho doméstico, entre outros.

Embora isto possa parecer trivial, naquele momento histórico o **sentimento de pertença** latino-americana era quase inexistente entre as/os brasileiras/os. O conteúdo do *Nosotras*, analisado por Rosa (2001) e as imagens dos desenhos de suas capas por Pedro & Scheibe Wolf (2007) evidenciam o lado criativo e não-conformista deste grupo. O *Nosotras* está incluído na lista dos *27 Journaux e Revues du Mouvement de libération des femmes* publicadas na França, entre os anos 1971-1982 (PICQ, 1993:381). O impacto de seus artigos pode ser verificado pelas inúmeras cartas de suas leitoras de vários países da AL publicadas em suas edições.

Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (1975-1978),

O Círculo, como era chamado usualmente este grupo, teve início oficialmente em 1976 e em sua carta política¹⁵ levantava questões relacionadas à naturalização (e exploração) da divisão sexual do trabalho e da invisibilidade do trabalho feminino. Também, trata da sexualidade atrelada à reprodução e de suas consequências à vivência plena do prazer. Ressalta a situação específica da mulher trabalhadora e clama pela luta contra a “opressão específica” que se integraria à luta contra o sistema (DOSSIÊ Círculo de Mulheres Brasileiras, **DCMB: 1976**).

Composto por “mulheres brasileiras vivendo na França, que sensibilizadas pelo movimento feminista internacional, resolveram reunir-se para debater (...) a opressão específica que sofre a mulher nessa sociedade”¹⁶, conforme carta enviada em 17/12/1976 aos jornais *Opinião, Movimento, Brasil-Mulher, Nós-Mulheres*, com a intenção de ampliar contato com a imprensa alternativa brasileira e estabelecer trocas de informações, para divulgar “as lutas que as mulheres brasileiras vêm enfrentando e resgatá-las para o conjunto do Movimento Feminista Internacional”.

Há nestas cartas o reconhecimento da “opressão específica da mulher” no contexto de um “sistema”, que estaria “na causa primeira da existência mesma da exploração e da opressão”. Há, também, a intenção de “criar um boletim aberto a todas as discussões pendentes sobre a liberalização da mulher” com as “posições sobre temas” discutidos nos grupos: “a essência do movimento autônomo; a questão do controle da natalidade no Brasil (Benfam e outros); a especificidade do Código Civil em relação à mulher; a dupla jornada de trabalho”, temas que já estavam sendo discutidos no Brasil. Junto com esta carta foi enviado, em anexo, dados sobre “o processo de uma companheira brasileira” estuprada na Bélgica. Não foram recebidas respostas de nenhum dos destinatários.

Um mês antes havia sido enviada uma outra carta, desta vez, para os Jornais *Brasil-Mulher e Nós-Mulheres*, na qual há questionamentos relativos, especialmente à posição do primeiro jornal¹⁷. Tratava-se de levantar questões sobre um dos números do *Brasil-Mulher* que dizia: “a luta pela libertação da mulher faz parte da luta da libertação do homem”. A carta do Círculo contesta esta afirmação perguntando se a luta específica das mulheres no que diz respeito às questões como “contracepção, aborto, tarefas domésticas [...] caberá sempre e só à mulher, assim, como o cuidado dos filhos, da casa, a cozinha e do fogão[...]? Isto implicava em afirmar, em nível político, a situação social específica das mulheres e a necessidade de enfrentá-la politicamente.

Ao mesmo tempo indagavam, visto que os dois jornais apoiavam a criação de creches, como estavam fazendo para que as mulheres efetivassem essa demanda. Desejavam uma resposta de como organizar o movimento, “sem espíritos

¹⁵ Carta Política distribuída na Jornada de junho 1976. Em um dos textos do seu Dossiê há referência a encontros informais durante o período das férias, em 1975, no qual a discussão sobre a situação social das mulheres estava brotando. (DCMB: 1976)

¹⁶ As citações que seguem estão no Encarte/Dossiê que reuniu todos os textos de reflexão e posicionamentos das integrantes do Círculo. A data dos documentos aparece no corpo do texto.

¹⁷ Cabe lembrar, que este jornal foi criado em 1975 na cidade de Londrina (PR), chegou a ter uma tiragem de 10 mil exemplares e foi publicado até 1980. Teve predominância de temas políticos mais gerais na maioria das suas edições (Cardoso, E., 2004). Foi publicado até 1980 e teve predominância de temas políticos mais gerais na maioria das suas edições. O jornal *Nós-Mulheres*, foi criado em 1976 e foi “a primeira publicação do feminismo brasileiro contemporâneo a declarar-se feminista” (MORAES QUARTIM, Maria Lygia. 1990 *A experiência Feminista dos Anos Setenta*, Araraquara: FCL/UNESP (23-77).

competitivos permitindo que as mulheres se tornem efetivamente aliadas, e que a solidariedade se intensifique entre nós” (DCMP 1977). Tampouco estas cartas tiveram respostas, conforme assinalaram no documento. Na realidade brasileira de então, onde os grupos feministas que já começavam a se formar, aproveitando a ocasião do Ano Internacional das Mulheres [1975] para respirar e organizar eventos, havia, evidentemente, outra experiência vivida para dividir, que foi aproveitada, de diferentes maneiras, pelas militantes e intelectuais que ficaram no Brasil, para dar impulso ao movimento no país.

O Círculo funcionava, *grosso modo*, como os grupos feministas do MLF francês. Estava constituído por pequenos grupos (ou subgrupos) que se reuniam, em geral, por bairro, discutindo temas específicos semanalmente, conforme suas escolhas e a composição de cada um; chamados, também, no Feminismo francês de **grupo de consciência**. Alguns subgrupos se intitulavam pelo nome Metro (rua) e/ou temas que discutiam, como o subgrupo Gobelins; Nation; 8 de março; Trabalho, Sexualidade, Aborto e Contracepção¹⁸; Alerta; Teatro; Picpus; Vacances; Chiquinha Gonzaga; Imprensa Feminista (DCMB: 1975-1979).

Cresceu muito no seu período de vida, em suas assembleias na *Maison du Brésil* chegaram a ter 100 mulheres, que se distribuíam nestes subgrupos em média até 10 mulheres, mas, também não havia fixidez neles. Ao sabor das chegadas e partidas, eles cresciam, ou diminuía.

O Dossiê composto por textos do Círculo (em português e alguns textos em francês os quais eram distribuídos para o MLF) está datado do período de 1976-1978. Em 1976, no seu início, há um Projeto de Trabalho, no quadro da discussão do Movimento Autônomo de Mulheres. Há a proposta de pensar: I) a opressão específica [como era chamada a opressão da mulher] que se subdividia em quatro instâncias, as quais estavam subdivididas em tantas outras¹⁹: a) na família, b) na educação, c) na produção, d) na sexualidade; II) a dupla opressão da mulher trabalhadora no Brasil; III) A Feminilidade no Brasil (estudo sobre o desenvolvimento da consciência feminista no Brasil e suas manifestações); IV) A questão do movimento autônomo: a) carta política do Círculo; b) textos e temas a serem desenvolvidos no trabalho coletivo.

Este tipo de proposta bem organizada e fechada dificilmente conseguia ser colocada em prática de forma tão cartesiana, pelo caráter amplo, flexível do movimento feminista, que por ser um movimento social atraía mulheres de diferentes formações políticas e se diferenciava de uma organização partidária, apesar de que muitas de suas integrantes estavam na dupla militância (partidária e feminista). Com o correr do tempo os debates e as tensões entre militantes partidárias e não-militantes se atenuaram e a o Feminismo como objetivo se sobressaía cada vez mais.

A questão do *viol* (estupro) foi muito debatida na ocasião do processo de estupro de integrante do Círculo, mobilizando as feministas brasileiras. No ano de 1977 há uma Carta de militante do Círculo relatando sua experiência de aborto no quadro francês do Aborto, Livre e Gratuito, que mesmo assim, não foi sem traumas. Problemas que continuam nas pautas feministas atuais.

Encontram-se nos documentos do ano de 1977 do Círculo reflexões sobre a proposta da criação de um Boletim e/ou Jornal do Círculo que se basearam na análise

¹⁸ Que também se assinava simplesmente Sexualidade. (DCMB, 1977).

¹⁹ Como se constituem em indicações que não afetam o conteúdo do texto, poupamos o/as leitor/as das subdivisões.

dos jornais e revistas feministas francesas e brasileiras [“quotidiendesfemmes”; “informationdesfemmes; “histoire d’elles”; “nós, mulheres”], que, aliás, tinha se tornado um propósito recorrente nas reflexões do grupo. A análise das matérias destes jornais evidenciava que cada um seguia uma proposta, em geral, relacionada com uma linha editorial específica, dirigidos à realidade das mulheres europeias, exceto o brasileiro “Nós, Mulheres”, voltado para a “mulher trabalhadora, a mãe dona de casa da periferia de São Paulo, para a estudante e a profissional, e a intelectual” (DCMB: docs. 1977).

As respostas às perguntas - Quem Faz? Para quem? Por quê? - evidenciam as inúmeras inquietações e dificuldades de ser levado adiante um projeto de publicação sem apoio financeiro e logístico, com todas mulheres envolvidas em atividades profissionais e/ou estudando; outras, ainda, com a perspectiva de retorno ao Brasil. Mesmo assim, o debate não cessava [sugestões de nomes são dadas] a ideia de “*escrever, inventar nossa linguagem*” e continuar trabalhando na proposta torna-se um fim em si, pois ela daria, possivelmente, continuidade a outros projetos emancipatórios.

Da mesma forma, a criação e a continuidade do Grupo de Teatro implicaria, ou não, em um resultado concreto? Questão que perpassava as reflexões desse grupo em 1977/1978, além de outras: montagem de uma peça, ou de um sketch? trabalho com o corpo e/ou maior entrosamento entre nós? Indagações levantadas pelas integrantes desse grupo [entre as quais, eu me incluía] e que por mais que fossem discutidas, não tinham respostas, mas, sim, a certeza de que aqueles discussões não terminariam e, tampouco, seriam perdidas (DCMB: docs. 1977/1978).

Cabe lembrar, que o Círculo não chegou a realizar um Boletim regular, como previu inicialmente. Seus escritos foram publicados, em 1979 num dossiê/encarte dividido pelas pastas relacionadas, como por exemplo: *Nossas Assembléias; O meu, o teu, os nossos subgrupos; Escrever, Pintar, Reinventar; Anistia Geral e Irrestrita*. Nem, tampouco, o Grupo de Teatro chegou a montar uma peça. Mas, a experiência vivida nesse período não foi desperdiçada.

A Anistia, o Retorno ao Brasil e uma nota pessoal

Ao se organizarem em seu interior, nos moldes do Movimento Feminista Francês, com grupos de reflexão dentro do grupo mais amplo, e, além disto, participarem das grandes manifestações públicas, clamando pelos seus direitos, as mulheres exiladas brasileiras trouxeram em suas bagagens de volta ao Brasil o aprendizado do caráter político das relações familiares, que deu lugar ao conhecido adágio feminista dos anos 70 ‘o privado é também político’. Textos-depoimentos dos anos dois mil nos dizem muito dos efeitos dessa experiência e transformação das mulheres que militaram no feminismo naquele período do exílio.

Susana Maranhão, no texto “O exílio e o feminismo: uma travessia” (2009:150-169), exilada política na França relata que sua entrada no Círculo foi marcante no seu exílio: “Politizar o cotidiano e, portanto, torná-lo público desnaturalizando verdades e papéis estabelecidos[...]: conciliar os papéis familiares e trabalho feminino [...] foram remetidas à cena política com um novo viés, de onde brotavam novas demandas.”

Em “Como o feminismo entrou na minha vida e nunca mais saiu”, Elisabeth Vargas (2009:170-176), brasileira, primeiramente exilada política no Chile, depois militante do MIR em Paris, relata sua trajetória política de esquerda até entrar em contato com antigas companheiras de luta no Círculo - e tudo mudar em sua vida - tanto do ponto de vista pessoal, como profissional, voltada para causa das mulheres.

Ao voltar ao Brasil continuou a militar no Feminismo e participou da criação do Conselho da Condição Feminina de São Paulo e, posteriormente, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Ao voltar ao Brasil em 1980, para o Rio de Janeiro, encontrei-me com Danda Prado participando ativamente do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro. Também conheci e me tornei amiga de Zezé que muito contribuiu para divulgar o *Nosotras* nos tempos da Ditadura e para o crescimento do Coletivo. Naquele momento o Feminismo carioca estava com muita força, organizando revistas, eventos, encontros feministas. Do Rio fui para São Luís do Maranhão, onde fiquei 5 anos e participei da criação do Grupo de Mulheres da Ilha, que até hoje continua a existir.

Nina, amiga do Grupo de Teatro do Círculo, refugiada na França, também, estava militando no Coletivo. Foi um momento de expansão, abertura e força dos grupos feministas no país. SOS CORPO em Recife que foi criado por Betânia, antiga militante do Círculo, hoje instituição reconhecida nacional e internacionalmente. A experiência feminista do exílio contribuiu para somar forças com o feminismo local na politização das questões privadas, fortalecendo as conquistas sociais das mulheres brasileiras, como também, transformou-lhes a vida pessoal.

Referências Bibliográficas:

CARDOSO, Elaine. “Imprensa Feminista brasileira pós-74” Estudos Feministas vol.12, N.E.(2004), pp.37-55.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, Magia e Técnica, Arte e Política, São Paulo: Brasiliense, 1986, 197-221
_____ Experiência e Pobreza, p. 114-119, op. Cit.

COLLIN, Françoise. Du moderne au post-moderne, Cahiers du GEDISST: Paris, IRESCO/CNRS, p.7-26, 1995. 1995).

DOSSIE Círculo de Mulheres de Paris (DCMP), 1974-79.

DELPHY, Cristhine. L’ennemi principal. Partisans, Libération des Femmes/Année Zero, juillet-octobre, 1970, n.54/55, p.157-172.

MARANHÃO, Susana. O exílio e o Feminismo: uma travessia. Cadernos da Crítica Feminista. Recife, (2009:150-169)

MORAES QUARTIM, Maria Lygia. *A experiência Feminista dos Anos Setenta*, Araraquara: FCL/UNESP, 1990, p. 23-77.

PEDRO Joana; SCHEIBE WOLF, Cristina, *Nosotras e o Círculo de Mulheres em Paris*, REF, Florianópolis, 2007.

PICQ, Françoise (1993) *Libération des Femmes*, Les Années-Mouvement, (Paris:Seuil).

PRADO, Danda, *Feminismo no Exílio – Feminismo na Ditadura*, Cadernos da Crítica Feminista, Ano III, n.2, dez 2009, p.182-189.

XXVI Simpósio Nacional da ANPUH, São Paulo, julho, 2001

SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida*. São Paulo: EDUNESP, 2004

Recursos Conceituais: feminismo e ciências sociais. In. Tecnologias Reprodutivas. EDUNESP, 1996, 47-60.

VARGASElisabeth. Como o Feminismo entrou na minha vida e nunca mais saiu. Cadernos da Crítica Feminista. Recife, (2009:170-176),